

PERSPECTIVAS E DILEMAS DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA RECENTE SOBRE TRABALHADORES, SINDICATOS E ESTADO NO BRASIL

*Marcelo Badaró Mattos**

Resumo: O artigo propõe um balanço da historiografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil, com ênfase nas novas perspectivas abertas pelos trabalhos produzidos na década de 1990. Especial atenção é dedicada à discussão do período 1945-1964, avaliando uma série de abordagens críticas em relação aos conceitos de sindicalismo populista e populismo.

Palavras-chave: Sindicalismo; populismo; historiografia

Abstract: The article proposes a review of the historiography concerned to workers and trade unions in Brazil, enfacing the new perspectives opened by the studies produced in the 90's. Especial attention is given to the discussion of the 1945-1964 period, in order to evaluate many critical perspectives in relation of the concepts of populist trade unionism and populism.

Key words: Syndicalism, populism, historiography.

Qualquer balanço da produção acadêmica sobre o movimento sindical brasileiro deve partir do reconhecimento do caráter interdisciplinar da literatura especializada. Em particular aos historiadores cabe reconhecer que as outras ciências sociais tiveram precedência nos estudos sobre o tema. Há já enorme acúmulo de balanços bibliográficos que deram conta de mapear as origens da produção nas ciências sociais – entre os últimos anos da década de 1950 e meados dos anos 1970 –, assim como localizaram as principais linhas de rumo dos primeiros trabalhos de historiadores sobre a temática, no período da segunda metade dos anos 1970 e primeiros anos da década de 1980.¹ Por isso mesmo, este artigo, embora recuperando alguns aspectos da produção anterior, necessários a uma discussão comparativa, concentrará seus esforços numa caracterização geral dos trabalhos e debates surgidos entre os historiadores a partir dos anos 1990.

* Professor de História da UFF (Universidade Federal Fluminense). Endereço para correspondências: Rua Prof. Edmundo March, 20/405 - Boa Viagem - Ccp 24210-330 - Niterói-RJ. Endereço eletrônico: mbadaro@uol.com.br

¹ Ver, por exemplo, VIANNA (1990) e PAOLI, SADER & TELLES.

Procederemos por etapas: num primeiro momento, a intenção é caracterizar as linhas gerais desta nova safra de estudos sobre trabalhadores e sindicatos; uma segunda etapa da exposição destina-se a discutir algumas das principais contribuições destes estudos para a revisão das teses assentadas sobre o sindicalismo brasileiro no período 1945-1964; por fim, procura-se apresentar alguns dos impasses a que chegaram certos trabalhos ao tentar substituir os paradigmas interpretativos anteriores para o período, a partir das críticas acumuladas. Sendo a noção de “sindicalismo populista” aquela que mais sofreu abalos com os novos elementos trazidos à reflexão pelos estudos recentes, é em torno do conceito mais amplo de “populismo” - tradicionalmente utilizado para identificar toda a fase do período compreendido entre as ditaduras do Estado Novo e Militar - que se faz hoje boa parte do debate.

I

É possível iniciar um balanço destacando alguns pontos comuns aos estudos recentes sobre trabalhadores e sindicatos na área de História. O primeiro deles é o recurso à interdisciplinaridade. Afinal, trata-se de uma área de pesquisa em que a entrada dos historiadores é “tardia” em relação a dos demais cientistas sociais. Mais que isso, muitos dos instrumentos teórico-conceituais e metodológicos foram formulados ou aplicados pioneiramente por antropólogos e sociólogos, antes que os historiadores deles fizessem uso. Alguns exemplos poderiam ser citados, como o da análise do “sistema de dominação fabril”, empreendida por José Sérgio Leite Lopes em seu estudo sobre a Companhia Paulista, indústria de tecidos com sede em Pernambuco, que como instrumento de análise influenciou diretamente trabalhos recentes de historiadores sobre grandes plantas industriais em São Paulo.²

Por outro lado, os laços interdisciplinares se acentuam por conta de um contato que já era forte “de lá para cá”. Desde a origem, os primeiros trabalhos da sociologia paulista dedicados ao estudo da classe operária continham um viés histórico, em especial na comparação entre o sindicalismo do pós-30 e o movimento sindical de predomínio anarquista do início do século.³ Um primeiro impulso de estudos históricos sobre

² Refiro-me a LOPES (1988) e a trabalhos recentes de historiadores que tomam sua análise como referência, como é o caso de FONTES (1997) e NEGRO (1994).

³ É o caso dos estudos pioneiros de SIMÃO (1966); RODRIGUES (1968) e RODRIGUES (1966).

o tema, uma década mais tarde, tenderia a se concentrar justamente sobre aquela fase inicial do movimento operário, revendo muitas das primeiras impressões sobre o período, mas pautado pela periodização sugerida pelos estudos pioneiros da sociologia do trabalho.⁴ No período mais recente, o peso da reflexão histórica para trabalhos de matriz antropológica ou sociológica mantém sua importância. Novamente o exemplo acima citado é significativo. Em contato com os trabalhadores da Paulista, José Sérgio Leite Lopes percebeu a força da “história incorporada” na identidade daquele grupo operário e empreendeu um esforço de pesquisa que cobre parte significativa de seu livro e que, no método e nas fontes, poderia ser padrão para qualquer historiador trabalhando com o mesmo tema. (LOPES, 1988). Da mesma forma, Ricardo Antunes, em análise sobre o movimento operário do período 1930-1935, fez uso intensivo de fontes caras aos historiadores do trabalho, como jornais e atas sindicais, memórias de militantes, além de textos legais e discursos oficiais, compondo uma dissertação em Ciência Política que poderia ser sustentada em qualquer programa de História (ANTUNES, 1988). Também José Ricardo Ramalho, em trabalho de matriz sociológica, fez um estudo da origem da FNM e das relações empresa/trabalhadores que tem um referencial histórico nítido, contribuindo para a discussão sobre o sindicalismo brasileiro no período 1945-1978.⁵

Quanto a esse ponto, dos recortes cronológicos, é possível perceber uma outra marca dos estudos recentes na área de história sobre trabalhadores e sindicatos: o avanço das pesquisas para os meados do século e, até mesmo, períodos mais próximos da atualidade. Não se trata de uma característica específica da temática, pois os balanços sobre a produção acadêmica em história do Brasil têm demonstrado que o período republicano se consolida como período mais estudado pelos historiadores brasileiros.⁶ De um ponto de vista internacional, a tendência ao avanço dos estudos históricos para o período do pós-guerra, terreno antes interdito pelo preceito tradicional da necessidade do distanciamento ante o objeto, já é sólida o suficiente para que na França, por exemplo, se

⁴ O exemplo clássico é FAUSTO (1976).

⁵ Toda a linha de pesquisa sobre trabalhadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRJ, instituição à qual José Ricardo Ramalho está ligado, contém um viés histórico explícito e apresenta uma contribuição fundamental para a compreensão das especificidades do sindicalismo da cidade e do estado do Rio de Janeiro no período 45-64 (RAMALHO, 1989). Para uma amostra da produção do programa, ver PESSANHA (1994).

⁶ Ver a esse respeito os balanços produzidos pelos pesquisadores Centro Nacional de Referência Historiográfica, da UFOP, como, por exemplo, FICO & POLITICO (1996).

estabeleça com reconhecimento institucional uma “história do tempo presente”.⁷

Voltando à questão dos recortes cronológicos, é possível constatar que os estudos na área de História sobre trabalhadores e sindicalismo, produzidos entre meados dos anos 70 e a década de 1980, tenderam a se concentrar na 1ª República. A importância dos estudos históricos sobre o tema no período é inegável, em especial por revisar as caracterizações simplistas do movimento operário, baseadas no binômio imigrantes/anarquistas, que os estudos pioneiros das ciências sociais nos anos 60 haviam construído, como um idealizado contraste combativo ao sindicalismo atrelado ao Estado do pós-30.

Afora algumas contribuições pioneiras na fronteira da História com outras disciplinas – como no caso do *Liberalismo e sindicato no Brasil*, do cientista político Luís Werneck Vianna – é nos anos 1980 que alguns estudos de matriz histórica mais nítida começam a tomar as relações entre Estado e sindicato no período do primeiro governo Vargas por um novo ângulo. Tais estudos – dos quais a *Invenção do Trabalho*, de Ângela Gomes é o melhor exemplo – buscaram superar as conclusões apressadas que diagnosticavam ora uma ação meramente impositiva e repressiva do Estado, produzindo a subordinação de trabalhadores e sindicatos, ora uma troca simples efetuada pelos trabalhadores, que teriam abdicado da autonomia de suas entidades de classe, atraídos pelos benefícios da legislação social (VIANNA, 1976; GOMES, 1988).⁸

É nos anos 1990, entretanto, que os historiadores estendem-se sobre o pós-guerra, aventurando-se pelo período compreendido entre as duas ditaduras – a do Estado Novo e a Militar – para rever a experiência operária e a ação coletiva dos trabalhadores, numa fase antes explicada pelo uso generalizado da categoria populismo. Indo além, alguns historiadores ousaram avançar para os anos 1970 e 1980, tratando o próprio novo sindicalismo numa perspectiva histórica. Parte dos trabalhos desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação em História nos últimos anos são representativos das possibilidades colocadas pelo avanço das pesquisas históricas sobre o tema no tempo.⁹ Em sentido cronológico

⁷ Sobre as definições de “história do tempo presente”, ver por exemplo, AZEMA (1993), PESCHANSKI, POLLAK & ROUSSO (Jun. 1991)

⁸ Um estudo mais recente, com recorte que inclui a Primeira República e a era Vargas é o de FRENCH (1995).

⁹ Para ficar em exemplos que não esgotam a produção de alguns programas do eixo Rio - São Paulo, alguns já citados, podem ser mencionados também COSTA (1995), SILVA, Fernando Teixeira da (1995), FORTES (1999), MARTINHO (1994), SILVA, Maria Carolina G. (1995), OLIVEIRA (1998), MATTOS (1998), FRANCA (2000), ABREU (2001), ALMEIDA (1996), ALMEIDA (1998), VARUSSA (2002).

oposto, os historiadores também começaram a sentir a necessidade de “avançar” para momentos anteriores aos da República Velha, em busca de referências ao processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, ainda no período de vigência da escravidão. Assim, localizam-se segmentos de trabalhadores livres assalariados, artistas, escravos urbanos (muitos dos quais especializados e empregados no setor secundário), suas formas associativas e momentos de confronto coletivo, lançando um olhar mais atento às tradições de sociabilidade, organização e resistência que alimentaram a classe em formação.¹⁰

Uma outra peculiaridade do trabalho dos historiadores, ao tratarem do movimento operário e sindical, é sua preocupação em alicerçar as análises em sólidas pesquisas em fontes primárias. Nos estudos sobre a República Velha, um tipo de documentação impôs-se, por constituir-se no principal registro da fala operária que resistiu (apesar dos pesares) a tempos de esforço estatal sistematizado para apagar a memória das lutas dos trabalhadores: a imprensa operária. Com o avanço de muitas pesquisas no tempo, novas fontes começaram a ser mais exploradas, entre elas as fontes produzidas e armazenadas pelas próprias entidades sindicais (e também pelas empresas no caso dos estudos monográficos centrados em uma fábrica) e os depoimentos orais, que podem ser vistos como núcleos duros da documentação hoje trabalhada, responsável em boa parte pela originalidade das novas abordagens. A abertura dos arquivos das polícias políticas também vem possibilitando o alargamento dos registros sobre as lutas operárias disponíveis para o trabalho do historiador, em uma dupla dimensão: de um lado, percebe-se a continuidade e a sistematicidade da vigilância e repressão policial sobre o movimento sindical, inclusive naqueles momentos tidos como “democráticos”, como é o caso do período 1945-1964; de outra face, é possível recuperar em meio aos dossiês policiais documentos sindicais apreendidos e registros dos “espiões” que ajudam a cobrir lacunas existentes nos conjuntos de fontes de outra natureza.¹¹

¹⁰ A sugestão de necessidade de análises nesta direção, a partir da discussão da referência de Thompson, foi feita tanto por um historiador do movimento operário, como NEGRO (1996), quanto por uma historiadora da escravidão (LARA, 1998). Tal perspectiva de relacionar escravidão e formação da classe trabalhadora foi assumida pelos estudos de Herbert Gutman para o caso norte-americano. Sua visão é comentada na entrevista publicada na coletânea organizada por BERLIM, 1987. No Brasil, alguns trabalhos pioneiros com essa preocupação começam a ser produzidos. Citamos CRUZ (2001), LONER (2001) e REIS (2001).

¹¹ Um artigo sobre polícia política e algumas teses que usam, como a do Gino, por exemplo.

O fato de os historiadores serem notórios ratos de arquivos, e a importância que atribuem aos documentos não os coloca, entretanto, no mesmo pé que seus ancestrais, avessos a qualquer digressão teórica mais sistemática. Não se poderia explicar o surgimento de novas abordagens negligenciando o peso que a penetração de novos referenciais teóricos teve sobre a história produzida a respeito dos trabalhadores e sindicatos no Brasil, a partir dos anos 1980. Nesse aspecto, a influência decisiva é a da História Social britânica e, em especial, de E. P. Thompson, um autor que seria lido em diversos espaços acadêmicos. Boa parte das traduções de análises históricas de Thompson para o português é devida aos esforços dos historiadores reunidos na UNICAMP e a tradição mantém-se.¹² Também nesse ponto a circulação interdisciplinar é uma marca constante, pois a influência de Thompson é também visível, e em alguns casos introduzida ainda antes dos estudos dos historiadores, nas obras de antropólogos e sociólogos.¹³

Uma última característica marcante dessa historiografia recente é o seu inequívoco compromisso social. Hobsbawm no inventário de diferenças que traça entre a antiga “história militante” e a nova “história acadêmica” do movimento operário, destaca uma série de avanços notáveis da incorporação dos trabalhadores ao universo das pesquisas acadêmicas (embora chamando a atenção para certos problemas que podem ocorrer). Mas, destaca que o engajamento, apesar de redirecionado, não desapareceu: “Para muitos de nós [historiadores acadêmicos do trabalho] o objetivo final de nosso trabalho é criar um mundo no qual os trabalhadores possam fazer a sua própria vida e sua própria história, ao invés de recebê-las prontas de terceiros, mesmo dos acadêmicos” (HOBSBAWM, 1987: 32).

O engajamento da nova geração de historiadores do trabalho e do sindicalismo pode ser constatado na sua militância, profissional muitas vezes, nos esforços de formação sindical ou na acolhida que os sindicatos e governos municipais identificados com os trabalhadores dão ao resultado dessas pesquisas, revelando sua importância para o próprio movimento.¹⁴

Trata-se, porém, de um compromisso com o movimento sindical,

¹² Por exemplo, a tradução e organização de NEGRO & SILVA (2001).

¹³ É o caso dos trabalhos de LOPES, já citados, e MOISÉS & MARTINEZ-ALIER (1978).

¹⁴ Ver, por exemplo as co-edições dos livros já citados de Paulo Fontes, com o Sindicato dos Químicos de São Paulo, de Fernando da Silva, com a prefeitura de Santos e de John French, com a de São Cactano do Sul.

construído numa época em que a Central Única dos Trabalhadores já era uma realidade com sua própria história, impelindo as análises a tomá-la não como projeto a construir, mas como objeto digno de estudo. E uma fase em que as expectativas de ruptura completa com o passado sindical brasileiro (tido como extremamente negativo) construídas – por sindicalistas e acadêmicos – sobre o novo sindicalismo, no início dos anos 1980, mostraram-se, em grande parte, exageradas. Uma frustração que estimulou balanços mais equilibrados desse novo sindicalismo, balanços que incorporaram, inclusive, uma revisão do contraste absoluto que se queria estabelecer entre o movimento sindical do pós-78 e seus momentos anteriores, na ditadura, ou antes do golpe de 1964.

II

Feito um balanço das convergências – temáticas, metodológicas, de referenciais teóricos – resta apontar os avanços mais importantes produzidos pelo conteúdo dessas pesquisas. Diante da impossibilidade de dar conta de todos os aspectos desta produção recente, o artigo passa agora a se concentrar nos estudos a respeito do recorte cronológico mais explorado pelas pesquisas recentes, ou seja, o período 1945-1964.

Entre as contribuições mais relevantes de tais pesquisas serão abordados alguns pontos tomados como mais significativos. O primeiro deles diz respeito à revisão da proposta tradicional de resumir a trajetória sindical brasileira, no pós-30 (e mais ainda após 1945) à noção de sindicalismo populista. Os estudos acadêmicos sobre a classe trabalhadora e o sindicalismo no Brasil viveram certos ciclos, quanto às linhas interpretativas mais gerais. De início, predominaram as abordagens centradas na caracterização da origem (rural, recente, etc.) da classe operária, como fator determinante dos padrões de sua ação coletiva.¹⁵ As críticas mais contundentes a este primeiro ciclo de análises, deram destaque ao aspecto essencialmente político da ação coletiva da classe, valorizando as concepções e práticas da vanguarda política (o PCB e suas lideranças) na explicação dos caminhos da ação sindical.¹⁶

¹⁵ Essa marca encontra-se de forma mais ou menos enfática nos trabalhos citados na nota 3 e pode ser encontrada, de forma paradigmática, por exemplo, em RODRIGUES (1970).

¹⁶ É o caso dos trabalhos de Francisco Weffort, *Origens do sindicalismo populista no Brasil*. In *Cadernos Cebrap*, nº 4. São Paulo, abril/jun 1973 e “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964”. Artigo publicado em 3 partes, na *Revista de Cultura Contemporânea*, nº 1 e 2. São Paulo, 1978, e na *Revista de Cultura e Política*, nº 1. São Paulo, agosto de 1979.

Embora excludentes nos princípios, estes dois referenciais de análise tenderam a caracterizar a classe trabalhadora no Brasil, em especial no período anterior a 1964, no negativo. Comparando a classe e o sindicato a modelos internacionais ou comparando o momento anterior ao golpe militar ao período posterior à erupção do novo sindicalismo, no pós-78, tendeu-se a definir o movimento operário daquele período como pouco combativo, cupulista e atrelado ao Estado.

A definição paradigmática do “sindicalismo populista” foi dada por Francisco Weffort:

“no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas “organizações paralelas”, formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas¹⁷.”

Esta caracterização no negativo da classe e de sua ação sindical seria compartilhada por Leôncio Rodrigues, para quem, em contraste com modelos europeus, a situação da classe operária brasileira se caracterizaria por uma:

“diminuição da influência do proletariado na vida social do país e na configuração de comportamentos ‘classistas’ menos marcados. Estes traços são imediatamente visíveis quando se atenta: a) para a fraqueza do sindicalismo brasileiro; b) para a inexistência de ‘partidos operários de massa’ e c) para a influência do populismo sobre as massas trabalhadoras.”(RODRIGUES, 1968: 341)

Assim, os indicadores claros de mobilização operária, como as greves, foram interpretados como manifestações conduzidas pelo alto, a partir das cúpulas do sindicalismo de Estado, em que as demandas econômicas das bases não combinavam com as propostas politizadas das lideranças, chegando a ser vistas até mesmo como paralisações toleradas ou incentivadas pelas lideranças políticas de plantão. Greves que se construiriam “de fora para dentro da empresa”, a partir única e exclusivamente da ação dos piquetes (RODRIGUES, 1966: 72 e ss.)

¹⁷- Idem, *Origens do sindicalismo...*, p. 67.

A organização sindical, marcada pelo modelo do sindicato único, criado no primeiro governo Vargas, foi tomada, por essa tradição analítica, como uma estrutura tão rígida que capaz de, por princípio, determinar a inviabilidade de rumos contestatórios pelo movimento operário. Uma estrutura que, embora sabidamente restritiva, teria sido aceita sem maiores resistências – por fraqueza ou oportunismo – pelas lideranças comunistas, que contribuiriam assim para uma acomodação operária, ansiosas que estariam pelas oportunidades de aproximação direta com as lideranças populistas ou iludidas pela ideologia nacional-desenvolvimentista.

Da avaliação da estrutura sindical, como do diagnóstico dos movimentos grevistas, pelos estudos clássicos sobre o “sindicalismo populista”, fica a impressão de um afastamento irremediável entre lideranças e base, vanguardas e trabalhadores, quer se interpretasse esse afastamento como consequência da falta de consciência das massas operárias ou como fruto das opções conscientes das direções (que se foram seguidas ou pouco questionadas também indicariam uma consciência frágil das bases).

Exemplos concretos de trabalhos que questionam os limites das análises centradas em tal caracterização do “sindicalismo populista” foram listados nas notas deste texto. Cabe-me apenas sumariar algumas de suas contribuições, como a constatação de uma dinâmica sindical que não se reduzia aos limites que o sindicato oficial tentara impor, o que é visível, por exemplo, na forte representatividade das lideranças sindicais nas empresas e pela existência generalizada das organizações por local de trabalho. Como constatou Hélio da Costa, estudando o sindicalismo paulista nos anos que se seguiram ao fim do Estado Novo. Os dados levantados por este autor lhe permitiram concluir que:

“As organizações nos locais de trabalho não foram apenas um impulso do pós-guerra, elas fazem parte do patrimônio de lutas da classe trabalhadora desde as suas primeiras gerações e sobreviveram às formas diferenciadas de organização sindical e partidária” (COSTA, 1995: 200).

Da mesma forma, nas greves, os novos estudos têm encontrado momentos privilegiados para a análise de mobilizações operárias abrangentes e organizadas, irredutíveis às noções simplistas de movimentos puxados “pelo alto” ou que viriam “de fora para dentro”. Com base no estudo do sindicalismo carioca, foi possível encontrar “greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com integração visível entre demandas políticas gerais e bem sucedidos

encaminhamentos de reivindicações econômicas” (MATTOS, 1998: 219).

Quanto às lideranças, as pesquisas recentes também têm introduzido novas perspectivas de análise, ao apontarem com maior precisão as motivações – ditadas pela pressão das bases – das oscilações da política sindical do PCB, bem como a relativa independência com que lideranças sindicais comunistas enfrentavam, em certos momentos, as diretrizes partidárias.¹⁸

Por outro lado, e aí reside uma outra contribuição importante dos estudos históricos recentes, é hoje já possível relativizar o contraste tão marcante que as abordagens pioneiras sobre o novo sindicalismo estabeleceram entre o pós-78 e o pré-64, na esteira das análises centradas no conceito de “sindicalismo populista”. A desilusão das esquerdas com a derrota de 64, quando muitas esperanças de transformação depositavam-se no “quarto poder” dos sindicatos, já havia produzido, na própria década de 1960, uma primeira leva de balanços decepcionados – de militantes e de cientistas sociais – com o sindicalismo das décadas anteriores. Foi, entretanto, com a irrupção do novo sindicalismo, a partir das greves de 1978, que tal balanço negativo se ampliou, pelo contraste estabelecido com uma nova fase em que as esperanças de redemocratização e transformações voltavam a se concentrar sobre a classe trabalhadora. Se a década de 1990 se iniciou com revisões dos prognósticos otimistas sobre o novo sindicalismo, os estudos históricos recentes, pelos motivos acima apontados, têm um papel importante, evitando que as novas decepções embalem de novo análises redutoras (agora do período pós-78). Ao ressaltarem a possibilidade de revisão da perspectiva contrastiva (novo X velho) de análise do sindicalismo brasileiro, estimulam abordagens em que as continuidades e rupturas sejam avaliadas a partir de bases mais sólidas.

E se criticamos tão insistentemente as análises que só enxergam rupturas entre a vida sindical dos passados mais distante e mais próximo, também não devemos exagerar na valorização positiva de novos estudos que se contrapõe totalmente às velhas análises do passado. É fácil desacreditar totalmente perspectivas anteriores de análise quando nós já absorvemos como naturais as suas contribuições mais significativas. Para que também a produção acadêmica sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil possa ser revista, tendo por base a preocupação com as

¹⁸ Ver a respeito desta distância entre a retórica de “paz e tranquilidade” e “apertar os cintos” da linha política da direção do PCB e a prática dos militantes sindicais do partido fazendo greves na conjuntura da redemocratização de 1945, as considerações de COSTA (1995: 34) e ss. e SILVA, F. T. (1995: 109 e ss.)

continuidades e rupturas, o melhor caminho pode ser o da produção de sínteses explicativas que incorporem as contribuições recentes, mantendo das análises tradicionais aquilo que porventura ainda se sustenta. Embora seja infinita a possibilidade de estudos monográficos centrados em especificidades espaciais, temáticas ou temporais, o acúmulo recente de monografias, com razoável contribuição original, já justifica e possibilita sínteses novas.

Porém, se a crítica ao modelo de análises calcado na noção de “sindicalismo populista” já pode ser feita com razoável embasamento, uma nova abordagem sintética sobre o período requer um acerto de contas como um conceito mais amplo – o de populismo –, o que não tem se mostrado uma tarefa simples.

III

É fácil perceber que, como conseqüência das conclusões dos investimentos de pesquisa mais recentes, é impossível sustentar a mesma visão da classe operária no negativo e de um sindicalismo totalmente conformado à estrutura sindical oficial que embasaram, com as nuances já apontadas, as caracterizações do “sindicalismo populista” pelos clássicos das ciências sociais sobre o tema no Brasil. Porém, tal caracterização da classe e de suas estruturas organizativas é um dos pilares da interpretação mais geral do período 1945-1964, centrada na idéia do populismo. Foge ao objetivo deste artigo resgatar a longa tradição dos usos deste conceito, aplicado a conjunturas históricas e nacionais muito diferentes, a partir de enfoques também bastante diferenciados. Porém, é necessário apontar as linhas gerais da revisão recente imprimida às discussões sobre o populismo, para que se tenha medida das dificuldades colocadas para uma caracterização sintética do período em questão. Um bom exemplo deste debate encontra-se numa coletânea recentemente publicada, sob o título de *O populismo e sua história*. (FERREIRA, 2001).

A coletânea é aberta pelo texto de Ângela Gomes, “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. Publicado originalmente cinco anos antes em periódico acadêmico e reproduzido na versão original acrescida de um “pós-escrito” nesta coletânea, o texto é tomado como referência em vários outros artigos do livro. No artigo, a autora segue o seguinte percurso de argumentação: inicialmente localiza uma utilização pioneira do conceito nos debates do grupo de Itatiaia, do início dos anos 1950, precursor do ISEB, em seu esforço por entender fenômenos eleitorais como a projeção política de um Adhemar de Barros em São Paulo; em seguida recupera as linhas

centrais do uso da noção de populismo por Francisco Weffort; a terceira parte do texto trata das críticas ao conceito oriundas de outras interpretações sobre a relação entre Estado e trabalhadores no pós-1930, concentrando-se em tematizar as considerações implícitas e explícitas em sua própria obra *A invenção do trabalhismo*; por fim, antes das considerações do pós-escrito, há uma pequena mostra de como, apesar das críticas, o conceito de populismo acaba mantendo fôlego em análises dos anos 1990.

Nos trabalhos do grupo de Itatiaia e do ISEB, Ângela Gomes localiza uma caracterização do populismo centrada em duas condições de emergência e um terceiro elemento central. A emergência/caracterização do populismo se daria a partir de seu caráter de política de massas, surgida num momento em que a os trabalhadores vivem a proletarianização, mas não atuam conscientemente como classe. De outro lado, a classe dirigente havia perdido, segundo esta interpretação, sua representatividade e capacidade de direção segura do Estado, apelando então ao apoio político das massas emergentes. O terceiro elemento central seria a existência de líderes carismáticos capacitados para esta tarefa de mobilizar as massas.

O debate sobre o populismo se acentuaria entre os cientistas sociais na conjuntura posterior ao golpe de 1964, sob o imperativo da explicação da derrota das esquerdas, a partir de então explicada recorrentemente em função das contradições do ciclo populista. Dos autores e trabalhos derivados deste influxo, a autora destaca os escritos de Francisco Weffort. Em Weffort, Ângela Gomes aponta uma definição de populismo como “produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas” (GOMES in FERREIRA, 2001: 32).

Utilizado como instrumento de compreensão para a trajetória política brasileira em dois tempos – o das origens do populismo, a partir de 1930, e o da “república populista”, entre 1945-1964 – o termo remeteria a um quadro de instabilidade nas bases do poder, caracterizado a partir do emprego da noção de “Estado de compromisso”. O compromisso, na sua dimensão de apelo às massas em busca de suporte para a legitimidade dos setores dominantes, em meio ao quadro de instabilidade, seria garantido por uma relação entre líderes e massas centrada na categoria-chave da “manipulação populista”. Esta manipulação conteria um bi-dimensionalidade, “por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas” (GOMES in FERREIRA, 2001: 34). Bi-dimensionalidade que teria

cronologia própria, pois conforme avança a “República populista”, menor seria a capacidade de controle sobre as massas e maior seria seu potencial de mobilização política autônoma, o que, paradoxalmente, segundo a autora, levaria a uma análise que associava esta autonomia política das massas à crise que soterrou a democracia que aqui se construía.

Após avaliar análises que desdobraram pontos da interpretação inaugurada por Weffort, Angela Gomes ilustra com seu *Invenção do Trabalhismo* (1988) as abordagens mais recentes, que assumiram uma perspectiva crítica em relação aos usos da categoria populismo. A partir do objetivo de “produzir uma interpretação histórica alternativa, fundada em pesquisa empírica mais demorada e iluminada pelas novas contribuições da produção internacional sobre a formação da classe trabalhadora” (GOMES in FERREIRA, 2001: 45), a autora buscou repensar a ruptura estabelecida pelas análises mais tradicionais entre dois “tempos” do movimento operário brasileiro, separados pelo marco de 1930: o tempo heróico da República Velha e a fase alienada do pós-30.

A alternativa ali formulada buscou “não apenas construir laços de continuidade e marcos de descontinuidade entre os dois tempos (...) como também defender, teoricamente, que um processo histórico de construção de classe não sofre ‘desvio’, pois não há um modelo prévio de percurso a ser seguido e muito menos um resultado modelar a ser alcançado.” Nesta concepção, o Estado não se apresenta como responsável por “uma intervenção espúria”, mas como protagonista de uma ação que é “variável de interlocução”. Já à classe trabalhadora, “diversificada e afastada de purismos ideológicos”, atribui-se um papel, em qualquer dos “tempos”, “de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (GOMES in FERREIRA, 2001: 46).

Por recusar a ênfase na dimensão de controle do Estado *sobre* as massas, por buscar afastar as dicotomias entre autonomia e heteronomia da classe e por afastar-se da utilização da categoria de cooptação, *Invenção do Trabalhismo* implicitamente rejeitava o uso da categoria populismo. Na forma explicitada neste artigo, a alternativa se construiu em torno da “designação de pacto trabalhista para pensar as relações construídas entre Estado e classe trabalhadora”. Segundo a autora, a idéia de pacto “procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente” (GOMES in FERREIRA, 2001: 47).

Abordando a lógica de tal pacto numa perspectiva temporal ampla, a autora buscava distanciar-se de uma explicação do sucesso do populismo centrada na visão utilitária de troca dos ganhos materiais pela obediência política, para explicar como o discurso trabalhista, “articulado nos anos

1940, apropriada e resignifica o discurso operário construído de forma lenta e diversificada nos anos da Primeira República”. Desta forma, o pacto trabalhista, conteria “tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora” (GOMES in FERREIRA, 2001: 48).

Ressalte-se que, no percurso construído pela própria autora, a rejeição à categoria populismo não é senão implícita em *Invenção do trabalhismo*, pelo uso da alternativa “pacto trabalhista”, para explicitar-se nos argumentos deste artigo. No pós-escrito incluído nesta versão do texto, porém, há um avanço, que substitui o “pacto trabalhista” pela expressão mais simples “trabalhismo”, opondo-a de forma ainda mais explícita ao populismo. Repetindo de forma sintética sua rejeição às idéias subjacentes ao uso da “palavra” populismo - “classe trabalhadora ´passiva` e sem consciência, sendo ´manipulada` por políticos inescrupulosos que a ´enganavam`, e que não tinham, na verdade, representatividade política e social” -, a autora afirma que, optou por utilizar a “palavra” trabalhismo, cuja “invenção” acompanhara. Em sua análise, “trabalhismo seria usado (...) como uma categoria, passando a se referir a um certo conjunto de idéias e práticas políticas, partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo” (GOMES in FERREIRA, 2001: 55).

A longa recuperação dos argumentos do artigo em questão parece justificar-se, por fornecer uma matriz, desdobrada em outras análises. Neste balanço, parto da reafirmação de que as idéias contidas em *Invenção do Trabalhismo* – como a caracterização da classe trabalhadora como sujeito de sua própria história, tanto antes quanto depois de 1930, ou a análise minuciosa da construção do discurso trabalhista no Estado Novo, entre muitas outras – foram um marco na renovação dos estudos sobre o tema e tiveram um impacto decisivo no desenvolvimento posterior da historiografia sobre as relações entre Estado e trabalhadores. Reconhece-se também a justiça da maior parte das críticas aos limites da noção de populismo, nele presentes. Porém, alguns deslocamentos observados no artigo levantam preocupações que pretendemos desenvolver a seguir. Em especial, a passagem da noção de “pacto trabalhista” – apresentado como relativização, questionamento ou rejeição implícita à categoria “populismo” – para a idéia de que a categoria “trabalhismo” possa ser apresentada como substitutivo adequado para a caracterização das relações políticas, partidárias e sindicais do pós-30. Tal idéia, esboçada no pós-escrito do artigo, será tomada como dado em outros textos.

O resultado desta substituição pode ser desenvolvido em outros trabalhos para gerar a troca de um reducionismo por outro: sai a classe

trabalhadora inconsciente e manipulada pelo Estado representado nas lideranças carismáticas, para entrarem em cena trabalhadores conscientes e satisfeitos com a política trabalhista empreendida por políticos efetivamente populares e de esquerda.

Esse nos parece ser o tom do segundo artigo da mesma coletânea, escrito por seu organizador, Jorge Ferreira. Embora se apoiando abertamente nos textos de Angela Gomes e afirmando filiação às mesmas bases teóricas, o autor avança muito além nos deslocamentos que vínhamos comentando. Assim, se para Angela Gomes, a idéia de “pacto trabalhista” envolvia Estado e trabalhadores, numa “relação entre atores desiguais¹⁹”, no texto de Jorge Ferreira, a assimetria dos atores é esquecida. Em seu lugar surge “uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns” (FERREIRA in FERREIRA, 2001: 103).

Analogamente, o discurso trabalhista, que em Angela Gomes “apropria e re-significa o discurso operário” construído na Primeira República, no texto de Jorge Ferreira aparece assim re-significado: “no trabalhismo estavam presentes idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930”. O movimento se completa com a afirmação de que o trabalhismo, até aqui visto como pacto político, ou relação, cujo valor enquanto categoria estava em suplantar os limites da ampla e descuidada noção de populismo, acaba por se apresentar como experiência social global que remete à própria expressão histórica da consciência operária: “Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica” (FERREIRA in FERREIRA, 2001: 103).

Esta visão positivada do trabalhismo acaba por propiciar ao autor o espaço para a apologia do PTB, apresentado como “a organização mais popular durante a experiência democrática pós-45, tornando-se, em 1964, a maior agremiação no espectro político do país²⁰”. Uma apologia que se estende ao quererismo, “movimento de proporções grandiosas, somente comparado à Aliança Nacional Libertadora e à campanha das Diretas Já” (FERREIRA in FERREIRA, 2001: 111).

¹⁹ Ver GOMES in FERREIRA (2001: 32).

²⁰ FERREIRA in FERREIRA (2001: 104). Embora seja inegável o crescimento político e eleitoral do PTB, cabe lembrar que nas eleições parlamentares de 1962, as últimas do período em questão, o partido foi, pela primeira vez, o segundo em cadeiras na Câmara. Após o golpe, as cassações limitaram muito o partido em seus últimos momentos.

Tal construção, que identifica ao trabalhismo todo um período (1945-1964) da História do Brasil, sustenta-se numa justa crítica dos abusos do uso do termo populismo – identificado com a idéia de manipulação de uma classe trabalhadora sem consciência, por um Estado todo-poderoso opressor e mistificador – e avança mesmo para identificar as origens do uso negativo que os conservadores dele faziam no período em questão. Porém, acaba por enredar-se na mesma polarização política da época, embora no pólo oposto, ao defender abertamente os argumentos usados pelos “acusados” de populistas, ou seja, de que na verdade eram legítimas lideranças populares e progressistas, acusados por uma elite conservadora que não se conformava com a entrada dos trabalhadores na cena política. Nesta direção, Jorge Ferreira conclui seu texto definindo que, para os conservadores “populismo é o passado político brasileiro, são políticas públicas que garantam os direitos sociais dos trabalhadores, são modelos de economia e de sociedade que, na Europa Ocidental, ficaram conhecidos como *Estado de Bem-Estar Social*” (FERREIRA in FERREIRA, 2001: 124).

O mesmo argumento é utilizado pelo texto que fecha a coletânea, assinado por Daniel Aarão Reis Filho. No artigo, populismo é definido como um rótulo pejorativo, imposto pelos conservadores, a partir do início dos anos 1960, para destruir a “tradição trabalhista”. Segundo o autor, as forças conservadoras “entenderam que era necessário aproveitar o momento para destruí-la. Para tanto, todos os meios seriam válidos, inclusive o mais brutal – e o mais eficiente também: alcançar a identidade da malfadada tradição, apagando-lhe o nome, rebatizando-a. Foi assim que do trabalhismo se fez o populismo” (REIS FILHO in FERREIRA, 2001: 346-347).

A “tradição trabalhista” é definida em termos amplos como os de Jorge Ferreira, pois apesar de referida inicialmente a um “programa nacionalista, estatista e popular”, é em seguida relacionada a fenômenos sociais muito mais amplos, como “uma política externa independente. Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista. Redes de proteção para os trabalhadores: institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente: uma cornucópia. Sem contar com as empresas diretamente controladas pelo estado, as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego” (REIS FILHO in FERREIRA, 2001: 345).

É possível apontar para alguns dos problemas desta visão positivada do trabalhismo tomando por base sua fragilidade empírica. A legislação social, por exemplo, base da idéia de uma “cornucópia” de direitos de

que trata Aarão Reis ou da associação entre as políticas públicas brasileiras e o *Welfare State* europeu feita por Jorge Ferreira, só poderia ser assim entendida se tomássemos como prática efetivada o que estava na registrado na “letra da lei”, algo impossível de ser aceito por quem minimamente se detém sobre o período. Assim, John French, em seu estudo sobre a CLT, demonstra a distância entre o ideal expresso na lei e a realidade de sua efetivação, a partir da análise do desrespeito empresarial sistemático à legislação trabalhista, da atuação parcial da Justiça do Trabalho, dos obstáculos efetivos colocados pelo governo para a sindicalização, entre outros aspectos que transformavam a CLT não numa conquista efetivada pela classe, mas num referencial para lutar-se por direitos sonogados. Para o autor, “condenados a atuar no universo fraudulento criado pela CLT – que era manipulada contra os trabalhadores –, os militantes da classe trabalhadora e os sindicalistas, depois de 1943, subverteriam na prática a ‘lei’ existente por meio da luta para fazer da lei (como um ideal imaginário) uma realidade²¹” (FRENCH, 2001).

Aproprio-me aqui e julgo pertinente estender aos textos acima comentados parte da crítica que French dirige a estudos que re-valorizam positivamente ao extremo o legado de Vargas. Embora concordando com aspectos da crítica ao conceito de populismo e ressaltando o papel ativo da classe trabalhadora, como sujeito de sua história, o autor destaca uma tendência a “avaliar o populismo em seus próprios termos. Assim, Getúlio Vargas passou a ser entendido como um reformador social sincero que desejava mudar a vida das classes trabalhadoras para melhor. Entretanto, meu argumento é que a legislação trabalhista nunca foi realmente concebida para ser real e, por isso, seus elaboradores podiam ser tão generosos. (...) No entanto, havia uma classe trabalhadora que estava apta a se apropriar dessa legislação social²²”.

Tão importante quanto o aspecto da fragilidade empírica para uma crítica ao modelo do trabalhismo positivado como a que estamos aqui esboçando é discutir a fragilidade de suas bases teórico-conceituais.

²¹ Cabe registrar que French é um crítico bastante competente das noções simplistas de manipulação dos trabalhadores, embutidas nas análises sobre o “sindicalismo populista”, mas não descarta o uso da categoria populismo para definir o fenômeno político-eleitoral estritamente, inclusive criticando sua substituição por trabalhismo, por considerar que este último só tinha tradição, de fato, no Rio de Janeiro, sendo inexpressivo, por exemplo, em São Paulo. Ver a esse respeito a entrevista com o autor publicada em FORTES et al. (1999: 189-190).

²² French, J., entrevista citada, p.188. Ressalto, entretanto, que a caracterização da legislação como “apenas uma jogada cínica”, que o autor faz no mesmo texto me parece algo exagerada.

Podemos abordar este aspecto a partir de duas frentes de discussão. A primeira delas diz respeito ao tema do corporativismo.

O paralelo com o Estado de bem-estar social europeu, feito em especial no trecho citado do artigo de Jorge Ferreira, poderia justificar-se caso fossem discutidas as proximidades entre os mecanismos de formulação das políticas sociais sob os governos social-democratas do pós-guerra e os mecanismos brasileiros. Afinal, tratam-se, ambas as experiências, de propostas políticas de conciliação de classe, baseadas na formação de espaços corporativistas de mediação de interesses entre capital e trabalho, em que o Estado representa um papel importante.

Porém, para tornar o paralelo conseqüente, seria necessário destacar a diferença entre a origem histórica da social-democracia no movimento operário europeu e o fato de no trabalhismo brasileiro a “palavra” instauradora ter sido do Estado, bem como entre o papel do Estado em cada situação. Isto nos levaria ao debate sobre conceito de corporativismo e suas variantes, no sentido do que os teóricos do corporativismo já apontaram, ao distinguirem o corporativismo estatal do corporativismo dito societal. No primeiro, o Estado instaura e controla os espaços de mediação, no estilo do Brasil (ainda que restrito às relações sindicais), com sua estrutura sindical oficial, poder de intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, Justiça do Trabalho com poder normativo, etc.. Já no modelo societal, os atores organizados instauram por acordo os espaços de mediação, como no caso europeu ocidental. Tal distinção remeteria, porém, não apenas à dimensão relacional do conceito de corporativismo – trabalhadores, empresários e Estado –, mas também à natureza bi-fronte da relação que se instaura, ou seja, há controle estatal sobre as organizações de classe e também abertura de espaços de participação para as organizações nos espaços decisórios do Estado. Porém, conforme o que já foi elucidado em vários trabalhos, esta relação reveste-se também de uma perspectiva bastante desigual, no caso brasileiro particularmente, em que a dimensão do controle foi mais sensível sobre as entidades dos trabalhadores e a dimensão participativa mais aberta aos órgãos de classe do empresariado.²³

A segunda frente de discussão conceitual nos remete às matrizes teóricas reivindicadas pelos estudos em questão. No artigo de Angela

²³ Sobre o projeto corporativista em sua acepção mais ampla no Brasil ver GOMES in MOURA, 1994). Sobre a noção de corporativismo bifronte ver O'DONNELL (1976) Na própria coletânea em questão, há um artigo bastante rico que faz um uso frutífero da noção de corporativismo, escrito por PESSANHA & MOREL in FERREIRA, 2001.

Gomes comentado, as análises tradicionais do populismo são associadas a uma referência conceitual na obra do italiano Antonio Gramsci. Já os estudos que renovaram o campo, partiam muitas vezes da referência a Eduard Palmer Thompson. Nas palavras da autora, “Gramsci, muito utilizado nas análises sobre o fenômeno populista no Brasil, começava a ganhar competidores dentro do próprio campo marxista, que se renovava, merecendo destaque a contribuição de E. P. Thompson” (GOMES in FERREIRA, 2001: 44).

Já no texto de Jorge Ferreira, a associação entre a referência em Gramsci e os erros da teoria do populismo é ainda mais ressaltada. Embora afirmando o refinamento do marxismo de Gramsci e as várias possibilidades de leitura de seus conceitos, o autor afirma que ao utilizarem-se do conceito de hegemonia de Gramsci, os historiadores brasileiros estariam simplificando a primeira definição de populismo, que incluía uma “tríade repressão, manipulação e satisfação”. Segundo Ferreira, através de Gramsci, a teoria do populismo teria se reduzido à “dicotomia repressão e persuasão”, o que o leva a concluir que “houve uma regressão na maneira de se pensarem as relações entre Estado e classe trabalhadora na época de Vargas” (FERREIRA, 2001: 85). O autor afirma não pretender negar a existência do aparato repressivo e de propaganda do governo, mas questiona a abordagem das “relações entre Estado e classe trabalhadora a partir de paradigmas explicativos, ao mesmo tempo opostos e complementares, centrados na repressão e na manipulação, ambos surgindo como formas de violência estatal sobre os assalariados, física uma dimensão, ideológica a outra”(FERREIRA, 2001: 88).

Com o recurso a Thompson, associado a autores que estudaram a “cultura popular” (como Ginzburg ou Chartier), na interpretação de Ferreira, poderia ser superada esta visão simplista do populismo, mas salvo exceções recentes, o historiador inglês teria sido aqui tomado a sério apenas para estudos anteriores a 1930²⁴. O autor invoca ainda as críticas de Thompson a visões elitistas da classe trabalhadora, utilizando-se de passagens de *A Miséria da Teoria*, em que são apresentados argumentos contra a concepção althusseriana do Estado e as extrapolações desta

²⁴ Vimos aqui em outro momento que os usos de Thompson para pensar os movimentos sociais recentes retroagem aos anos 1970, conforme mencionamos na nota 13. Por outro lado, o próprio *Invenção do trabalhismo*, tomado por Ferreira como referência, faz uso de propostas de Thompson e foi publicado ainda em 1988. Há, do nosso ponto de vista, portanto, uma continuidade, não uma novidade, no recurso a Thompson para pensar a história recente dos trabalhadores brasileiros.

concepção para explicar a trajetória da classe trabalhadora inglesa. Tais críticas são estendidas aos trabalhos brasileiros que se referenciam na noção de populismo (FERREIRA, 2001: 101 e ss.)

Há neste ponto, ao que me parece, duas limitações de leitura, de Gramsci e de Thompson, a comentar. Partimos da apresentação de Gramsci e sua leitura no Brasil. Em primeiro lugar, vale lembrar que, como bem ressaltou Angela Gomes no texto já comentado, as análises acadêmicas sobre o período Vargas buscaram em Gramsci a caracterização não de uma fase hegemônica, mas da crise de hegemonia para tratar do Brasil pós-1930. É possível, mesmo assim, criticar a historiografia brasileira a partir de Thompson, por utilizar uma visão limitada de hegemonia, como se este conceito pudesse ser associado a uma imposição de dominação²⁵. Mas, para fazê-lo, seria mais pertinente proceder como o próprio Thompson, ou seja recuperar o conceito original de Gramsci e submeter ao exame as suas apropriações²⁶. Isto porque o conceito de hegemonia ou sua leitura como hegemonia cultural são reivindicados por Thompson em vários momentos de sua obra²⁷. É muito difícil, por isso mesmo, aceitar uma oposição do tipo “sai Gramsci entra Thompson”, como substituição de paradigmas teóricos, a não ser que esqueçamos a presença de uma problemática comum aos dois autores ao buscarmos explicar a dominação de classes (é disto que tratam), recusando determinismos de cunho economicista e procurando explicitar mecanismos culturais (sem reivindicar-lhes exclusividade ou determinismo de pólo inverso) que alimentam a dominação, bem como espaços de resistência a esta dominação que se constroem em meio às lutas de classes.

Ao confundir-se o conceito de hegemonia de Gramsci com uma certa leitura de imposição de dominação, Jorge Ferreira pode realizar

²⁵ Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa fazem esta crítica com precisão, recorrendo a argumentos de Thompson, em outro artigo da coletânea organizada por Ferreira. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In *O populismo...*, op. cit., p. 224-225.

²⁶ Este é o exercício que Thompson faz para criticar Perry Anderson e Tom Nairn, no texto “As peculiaridades dos ingleses”, questionando o uso de “classe hegemônica” de Anderson, através da afirmação do que é possível e do que não é possível de extrapolar do conceito de hegemonia de Gramsci. E. P. Thompson. *Peculiaridades dos ingleses...*, op. cit., pp.146-149

²⁷ Como nos textos “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra” e “Folclore, antropologia e história cultural”, publicado na mesma coletânea (ver por exemplo, pp. 225 e 239). Ou na introdução de seu *Costumes em Comun.* São Paulo, Cia. das Letras, 1998. Lá afirma seu recurso ao Caderno 11 dos escritos do cárcere para pensar as ambigüidades da consciência dos trabalhadores.

deslocamentos como o de opor uma “tríade repressão, manipulação e satisfação” à “dicotomia repressão e persuasão”, ou mesmo tratar a dicotomia como repressão/manipulação e atribuí-la ao uso do conceito. Trata-se de algo difícil de sustentar nos textos do próprio Gramsci, para quem simplificações desta natureza são inaceitáveis, conforme explica ao abordar a relação de forças políticas e tratar das situações em que se cria “a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”:

“O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto (...). (GRAMSCI, 2001: 41-42).

Do ponto de vista aqui assumido, a dificuldade está não no uso de Thompson ou de Gramsci pelos estudos recentes, mas justamente na tentativa de “domesticar” ou estigmatizar autores que compartilham um referencial marxista assumido, que os leva a formular propostas interpretativas voltadas para a explicação de modos de dominação social em meio à dinâmica do conflito, da luta de classes. Pensar a classe através de Thompson, substituindo a luta de classes por “uma relação” entre atores - Estado e classe trabalhadora - que identificam interesses comuns é, para dizer pouco, uma contradição. Da mesma forma, reduzir Gramsci e o debate sobre as categorias que formulou e/ou empregou a uma proposta centrada na interpretação da dominação como repressão/manipulação é um procedimento pouco apropriado para a realização de uma crítica razoável.

Os estudos recentes sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil, ao enfrentarem a caracterização do período 1945-1964, têm sido bastante bem sucedidos em estabelecer um sólido ponto de partida para a refutação de propostas de interpretação mais gerais centradas na idéia de um sindicalismo populista, como decorrência lógica de um período histórico resumido na categoria populismo. As evidências empíricas desses estudos e seu recurso a um referencial teórico que aponta o papel de sujeitos de

sua própria história para os trabalhadores não permitem, entretanto, a substituição de uma categoria geral explicativa por outra do mesmo tipo – sai populismo entra trabalhismo – sob pena de superarmos determinados reducionismos para cairmos em outros. O uso do conceito de populismo tentava dar conta da explicação de uma realidade contraditória – nos termos colocados pelos seus formuladores, uma contradição centrada na proposta de incorporação controlada das massas à política, que abria entretanto espaços de mobilização autônoma não comportados pelos canais de participação restritos criados segundo aquela proposta inicial. Algumas das análises aqui comentadas visam não apenas substituir o uso deste conceito, como também amenizar a contradição social que ele procurava explicar. É possível e mesmo necessário recusar a tentativa de resumir a trajetória política e social do período a uma categoria geral explicativa, sem contudo abrir mão do objetivo analítico de explicar os modos de dominação política e social e a dinâmica dos conflitos de classe naquele período. Para esta tarefa, as análises comentadas nas primeiras partes deste artigo e o debate resumido em sua terceira seção podem contribuir bastante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Paulo Tenório de. *As greves no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Niterói, UFF, 2001. (dissertação de mestrado).
- ALMEIDA, Antonio de. *Lutas, organização coletiva e cotidiano. Cultura e política no ABC paulista. 1930-1980*. São Paulo, USP, 1996. (tese de doutorado).
- ALMEIDA, Paulo Roberto. *O movimento operário e a construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: disputas e concepções. 1977-1983*. São Paulo, PUC-SP, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez/Ensaio, 1988 (1ª. ed. 1982).
- AZEMA, Jean Pierre. Tempo Presente. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo, CEN, 1966.
- BERLIM, Ira. *Power & Culture. Essays on the american working class*. Nova Iorque, Pantheon Books, 1987.
- COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. Afio-Ásia*. No. 24. Salvador, 2001.

- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1976.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. *Estudos Históricos*. Nº 17. Rio de Janeiro, 1996.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro-Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo, Annablume, 1997.
- FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos*. Campinas, EdUnicamp, 1999.
- FRANÇA, Teones Pimenta de. *Para onde foi o novo sindicalismo?* Niterói, UFF, 2000. (dissertação de mestrado).
- FRENCH, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo, Perseu Abramo, 2001.
- _____. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec/Pref. Mun. De São Caetano do Sul, 1995.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.
- _____. A práxis corporativa de Oliveira Vianna. In: MOURA, Alexandrina S. de (org.). *Utopias e Formações Sociais*. (VII Jornada da ABEA). Recife, Fundaj/Massangana, 1994.
- _____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*. No. 16. São Paulo, fev. 1998.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, EdUFPEL/Unitrabalho, 2001.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo, Marco Zero, 1988.
- MARTINHO, Francisco Carlos P. *A sombra das tradições: o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro na transição democrática (1974-1985)*. Um estudo sobre estatismo sindical. Niterói, UFF, 1994 (dissertação em mestrado).
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. A Revolta dos Suburbanos ou 'Patrão o Trem Atrasou'. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Cedec, 1978.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Ford Willys anos 60. Sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*. Campinas, Unicamp, 1994. (dissertação de mestrado).
- _____. Imperfeita ou rarefeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa. *Revista Brasileira de História*. Vol. 16, nos. 31/32. São Paulo, 1996.
- O'DONNEL, Guillermo. Sobre o corporativismo e a questão do Estado. In: *Cadernos do DCP*. N. 3. Belo Horizonte, UFMG, 1976.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia V. de Santa Cruz. *Sindicato e sindicalismo bancário*. Rio de

- Jeneiro, EDUR/SEEB-RJ, 1998.
- PAOLI, Maria Célia Paoli; SADER, Eder; TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo.
- PESCHANSKI, Denis; POLLAK, Michael & ROUSSO, Henry. "Le temps present, une demarche historienne a l'epreuve des sciences sociales." In *Cahiers de l'Institute d'Histoire du Temps Present*. Nº 18, Paris, juin 1991.
- PESSANHA, Elina (org.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, JC, 1994.
- PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia M. Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária. O caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*. No. 24. Salvador, 2001.
- REIS Filho, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sindicalismo no Brasil. In: *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo, Difel, 1968.
- _____. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.
- _____. *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo, Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.
- SILVA, Maria Carolina G. *A greve dos tecelões cariocas: partidos e sindicatos no Segundo Governo Vargas*. Niterói, UFF, 1995 (dissertação de mestrado).
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros estudos*. Organização de Antonio L. Negro e Sérgio Silva. Campinas, EdUnicamp, 2001.
- VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalho e legislação: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho*. São Paulo, PUC-SP, 2002 (tese de doutorado).
- VIANNA, Luís Werneck Vianna. Atualizando uma bibliografia: 'novo sindicalismo', cidadania e fábrica. In: *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil (SIB)*. Vol. 3. São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1990.
- _____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. *Cadernos do Cebrap*, São Paulo, nº 4, abr/jun 1973.
- _____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, nº 1 e 2, 1978.
- _____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 1, agosto, 1979.